



PÓS-GRADUAÇÃO

Lato Sensu

PÓS-GRADUAÇÃO PÓS-
GRADUAÇÃO PÓS-GRADUAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO

**ÉTICA E
RESPONSABILIDA
DE SOCIAL**

PROFESSOR (A) : COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

SUMÁRIO

UNIDADE I – PALAVRAS INTRODUTÓRIAS.....	03
UNIDADE II - ÉTICA	06
UNIDADE III – PENSANDO A ÉTICA NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR.....	13
UNIDADE IV – RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	20
REFERÊNCIAS CONSULTADAS.....	26

UNIDADE I - PALAVRAS INTRODUTÓRIAS...

Todos devem estar se perguntando o motivo ou a importância de uma apostila no núcleo básico com esses assuntos – Ética e Responsabilidade Social.

Muito simples: somos seres sociais! Não vivemos isolados. Por mais que alguns queiram, não somos eremita, precisamos do outro assim como o outro precisa de nós. E como seres sociais, obviamente que vivemos em sociedade, o que envolve desafios, superações, exercício de tolerância, dentre outros valores que discorremos ao longo deste trabalho.

O grande jurista Dalmo de Abreu Dallari (1985) ressalta que a sociedade humana é formada de pessoas que têm necessidade umas das outras para continuar a espécie, buscar seus objetivos e realizar sonhos.

Sem as comunidades o homem não se organizaria e não sobreviveria. É o outro que ajuda na busca por alimento e abrigo. Seja da forma mais simples, quando o pequeno agricultor planta e colhe. Seja através do que constrói, do que cuida de doenças, do que educa. Enfim, uma imensa corrente permite que o ser humano nasça, cresça, viva. O mundo moderno exige cada vez mais que essa ajuda seja diária, porém ela é imperceptível para muitos.

Seres humanos têm necessidades materiais e espirituais. Cada um precisa de afeto, atenção, carinho, respeito. Todos têm uma fé e esperança que o ajudam no dia-a-dia. Com isso adquirem forças, muitas vezes, até sobrenaturais. E conseguem transpor montanhas.

Viver em sociedade é uma necessidade vital para o ser humano. Uma pessoa rica que se isola em uma ilha, porque lá tem alimentos suficientes para seu sustento, não estará bem. Ela sentirá falta de alguém para lhe fazer companhia. Será triste e sozinha, necessitará de alguém. Ninguém é uma ilha. Precisamos, porém, de uma sociedade organizada, para que todos vivam satisfatoriamente. Uma sociedade justa, onde todas as pessoas possam ter oportunidades e aproveitá-las. Benefícios e encargos distribuídos. Direitos

respeitados e deveres assumidos. Responsabilidades e limites, na medida certa.

Na contramão desse pensamento, observamos cotidianamente que o ser humano em geral, tem uma incrível capacidade de analisar e julgar o outro sempre a partir do seu ponto de vista, a partir daquilo que ele, no seu egoísmo, considera como certo ou errado. Apesar de vivermos em um espaço plural, de diversidades que abarcam desde características físicas a culturais, ainda assim convivemos com padrões, com formas, apregoadas como verdades inquestionáveis e que são utilizadas como mecanismo de controle e homogeneização. Temos de padrões estéticos à religião padrão. De padrões comportamentais à orientação sexual padrão e assim por diante. Tudo tem que se encaixar nestas formas para que sejamos aceitos, para que não sofriremos a violência do julgamento por sermos diferentes e cada vez mais as pessoas se violentam, negando suas identidades para não serem arbitrariamente marginalizadas. Enfim, somos todos preconceituosos e isso mancha nossa consciência, não nos deixando perceber o quanto a ética nos falta e o quanto a irresponsabilidade social é nossa companheira no dia-a-dia.

Filosofias à parte, voltemos à explicação do tema Ética e Responsabilidade Social. Temos percebido que até bem pouco tempo os currículos estavam voltados para a técnica, quase que ignorando a inserção social e a ética. Mas de alguns anos para cá essa situação vem mudando de maneira rápida e urgente. Estudos, encontros, palestras e outros meios têm incluído a ética numa visão menos dogmática.

A ética era “ensinada” dentro das concepções da religião, hoje busca-se oferecer uma formação mais humanística para os profissionais das mais diversas áreas, embora ela possa ser ensinada, eles podem deixá-la de lado, trocar os valores.

Mas com certeza é a ética que predominará nos próximos anos. Observem bem: tivemos a era da tecnologia, depois a era da qualidade total, atualmente a preocupação com a humanização é extremamente visível. Humanização nos setores de saúde, principalmente no ambiente hospitalar, humanização na escola entendida como a busca pela gestão democrática,

autônoma, plural, inclusiva. A valorização do ser humano nas organizações, tornar o capital humano o maior bem de uma empresa também é sinônimo de humanização.

Há uma necessidade de transformar os profissionais em seres mais comunicativos, humanizadores, integradores e neste sentido, a ética é fundamental, pois através dela é que cada um respeita os seus limites e escolhe a forma decente de utilizá-la como um instrumento de trabalho.

Além da ética, a humanização nos chama a ser responsáveis para com o outro e para com o meio em que vivemos.

Enfim, enquanto profissionais das mais diversas áreas, gestores de um negócio rentável, de um serviço de saúde, formadores de opinião e formadores de novos cidadãos (ou seja, educadores), precisamos ser éticos, comprometidos, reflexivos em nossas atitudes, pois das nossas atitudes depende o caminhar da humanidade, que pode ser positivo, humanizado ou seu contrário.

O nosso objetivo com esta apostila é levá-los a compreender que a tônica do século XXI passa pelo respeito ao meio ambiente, à diversidade social e cultural, pela valorização do capital humano enquanto maior bem de qualquer organização e que esse caminho se faz através da vivência da ética e da responsabilidade social.

Esperamos que possam refletir e fazer uso dos ensinamentos positivos que serão compilados ao longo dessa apostila, aplicar no seu cotidiano, ser um multiplicador de práticas éticas e responsáveis para com os outros a sua volta e para com o meio ambiente que o cerca, pois dele depende um futuro saudável para os filhos e os filhos dos filhos.

UNIDADE II - ÉTICA

Ética, moral e deontologia são três conceitos importantes e pertinentes para atingir os objetivos propostos para esta apostila.

O termo ética deriva do grego *ethos* (caráter, modo de ser de uma pessoa). Ética é um conjunto de valores morais e princípios que norteiam ou que rege a conduta humana na sociedade de acordo com os costumes dessa sociedade. A ética serve para que haja um equilíbrio e bom funcionamento social, possibilitando que ninguém saia prejudicado. Neste sentido, a ética, embora não possa ser confundida com as leis, está relacionada com o sentimento de justiça social (ZUBIOLI, 2004).

A moral, do latim *mos, moris* (costume), trata das ações humanas em virtude de sua bondade ou malícia.

A deontologia, do grego *deontos*, trata dos deveres. É o conjunto de normas que regula a atuação profissional de determinado corpo social. As normas deontológicas não são deveres jurídicos, não existem obrigações exigíveis coativamente, são deveres morais, somente a consciência é o juiz quando tratamos de deontologia.

No cotidiano, observa-se que os conceitos de ética e de moral se confundem ou se identificam. Caráter e costume assentam-se num modo de comportamento que não corresponde a uma disposição natural, mas que é adquirido ou conquistado por hábito. A comunicação entre o sentido do *ethos* (costume) e o sentido de *êthos* (caráter, modo de ser adquirido) antecipa o real significado de *êthos*, pois define o ser humano como o modo de ser ético.

Para Heidegger (1896-1976) filósofo alemão, ética acaba por significar morada do ser. É o modo de ser adquirido através do desenvolvimento de potências originais para a realização das pessoas. Esta visão da ética, quando analisada num contexto social, é uma tentativa de avaliar as ações pessoais e as ações dos outros de acordo com os valores básicos pelos quais vivemos, mais do que o limite a um conjunto de normas que regem os atos do ser humano.

Enquanto o *éthos* se funda no crescimento e na realização do ser humano a partir de sua existência e de suas características individuais, qualificando como ético ou antiético tudo aquilo que se aproxima ou se afasta do caminho da realização do ser humano, o *ethos* trata do comportamento humano sujeito às leis, às normas e aos princípios, impostos com um caráter de obrigação exterior, de maneira coercitiva, apresentando como ético ou antiético tudo aquilo que obedece ou não às leis. Por esta razão, as leis e as normas devem ser aplicadas objetivamente levando em consideração os aspectos individuais, subjetivos, culturais e históricos do ser humano. Neste contexto, a ética é a explicação teórica do fundamento último do agir humano, na busca da satisfação individual - felicidade - na sociedade. Não se pode perder nunca de vista o fato de que o propósito da ética é um só, a busca da felicidade humana. Obviamente a soma da felicidade individual no contexto social, conduz à felicidade da sociedade inteira. Neste caso, cada indivíduo estará contribuindo para a melhoria da sociedade e o alcance de seus objetivos (ZUBIOLI, 2004).

Cada sociedade e cada grupo possuem seus próprios códigos de ética. Num país, por exemplo, sacrificar animais para pesquisa científica pode ser ético. Em outro país, esta atitude pode desrespeitar os princípios éticos estabelecidos.

Além dos princípios gerais que norteiam o bom funcionamento social, existe também a ética de determinados grupos ou locais específicos, como a ética médica, ética de trabalho, ética empresarial, ética educacional, ética nos esportes, ética jornalística, ética na política, ética das engenharias, etc.

Uma pessoa que não segue os princípios determinados pela sociedade a qual pertence é chamado de antiético, assim como o ato praticado.

Convém fazer uma distinção: a Moral é normativa, enquanto a Ética é reflexiva. A Moral, referindo-se aos costumes dos povos nas diversas épocas, é mais abrangente; a Ética, procurando o nexo entre os meios e os fins dos referidos costumes, é mais específica. Pode-se dizer que a Ética é a ciência da Moral.

Desde a antiguidade, o homem teve de viver em conjunto com outros homens e as normas, de comportamento moral, têm sido necessárias para o bem estar do grupo.

Numa breve retrospectiva histórica, sabemos que na Idade Média, os valores éticos ocidentais foram condicionados pela religião cristã, especificamente o Catolicismo. Nesse período, dá-se ênfase à revelação dos livros sagrados. O Pai, o Filho e o Espírito Santo determinam as normas de conduta de uma ética de amor ao próximo.

As exortações católicas mantiveram-se por longos anos. Contudo, no século XVI começou a sofrer a pressão do Protestantismo, ou seja, a reação de algumas Igrejas às determinações da Igreja de Roma. Para os protestantes, a ética é baseada nos valores das pessoas. A revelação religiosa pertence à religião. O filósofo ético deve procurar os fundamentos ontológicos da ética (SILVA, 2005).

Na idade moderna, surge Kant, para o qual a Ética é autônoma e não heterônoma, isto é, a lei é ditada pela própria consciência moral e não por qualquer instância alheia ao Eu. Como vemos, Kant dá prosseguimento à construção da própria moral. Não espera algo de fora. Aquilo que o homem procura está dentro dele mesmo.

Estudos de Silva (2005) apontam que muitos foram os filósofos que seguiram Kant e algumas correntes se destacaram, dentre elas a ética axiológica, a deontológica, teleológica e a ética do discurso de Habermas.

- ÉTICA AXIOLÓGICA – é vista pelo ângulo dos valores. O valor representa um atributo de consciência ou elemento formador do caráter que oferece ao indivíduo a escolha pelo bem ou pelo mal, pelo certo ou pelo errado, pelo falso ou verdadeiro etc. Enfim, responde pela maior ou menor aptidão para a opção natural de conduta motivada por princípios. Os princípios são pontos de apoio indispensáveis à consecução do discernimento para a conduta de relação com o semelhante, ou com o meio ambiente.
- ÉTICA DEONTOLÓGICA – ela fundamenta que um ato só tem valor moral se for realizado de boa vontade, autônomo, quando não tem

quaisquer interesses sobre as consequências, e sim, quando realizado para cumprir o dever e pelo respeito ao dever. Uma ação só é moralmente válida, quando for realizada de boa vontade, quando a pessoa for respeitada como valor absoluto, quando for realizada tendo em conta o que o dever nos diz, o que é o bem. As normas que a nossa consciência quer nos apresenta como dever. Foca essencialmente, a intenção com que os atos são realizados.

- ÉTICA TELEOLÓGICA – é a ética que fundamenta a Natureza do Homem, com fins últimos, a sua felicidade e desenvolvimento individual, o Homem só é feliz se for honesto, justo e virtuoso; será consciente e obediente à Ética. A Ética Teleológica debruça-se pelo conteúdo, pela matéria da ação em si. É, no final de tudo, uma ética utilitarista que assume que as consequências de uma ação determinam a sua moralidade.
- A ÉTICA DO DISCURSO DE HABERMAS – os pressupostos fundamentais dessa ética assentam sobre a comunicação, a argumentação, o discurso e a linguagem. Segundo Habermas, um grupo de indivíduos que dialogam atinge o consenso e o acordo, através da linguagem, de uma comunicação verdadeira e de escolhas esclarecidas.

Hoje em dia, os conceitos de Habermas têm forte influência nos planos de reforma educacional, pois na Escola, esta ação comunicativa oferece a possibilidade da renovação do saber, através da integração social, favorecendo a formação da personalidade do aluno, bem como o desenvolvimento de suas ideias e ideais.

Habermas elaborou a Teoria da Ação Comunicativa, que serve como suporte para a Ética do Discurso e se fundamenta na razão comunicativa processualmente construída entre os sujeitos que buscam, cooperadamente, a verdade. Segundo Habermas, deve-se buscar a identidade e emancipação individual e social através da reflexão filosófica crítica e do esclarecimento racional, a fim de fazer com que a autonomia do indivíduo se generalize, graças ao procedimento do diálogo comunicativo público.

A ética se relaciona intimamente com as questões que acometem nossa sociedade atual, principalmente se partirmos da premissa de que nossa sociedade reproduz as desigualdades ao longo dos séculos com ampla participação da população, quer intencional, quer inconscientemente, seja através de ações discriminatórias ou da omissão frente às práticas discriminatórias. Dessa forma, uma reflexão sobre nossos próprios valores, crenças e condutas é fundamental para entender-se as desigualdades na sociedade brasileira. Se, de uma forma ou de outra dar-se sustentação a essa sociedade, também está em mãos as possibilidades de transformá-la (BENTO, 1998).

Os seres humanos convivem em sociedade e a aventura da convivência desafia-os a enfrentar e procurar responder a todo momento a pergunta: “Como agir na relação com os outros?”. Trata-se de uma pergunta fácil de ser formulada, mas difícil de ser respondida. Enfim, esta é a questão central da Moral e da Ética.

Segundo Lipman (1994), os costumes são o primeiro conteúdo da cultura, são maneiras de viver “inventadas” pelos seres humanos. O comportamento dos outros animais é determinado pela natureza em qualquer tempo ou lugar, uma formiga, um castor, uma andorinha repetem os atos de formigas, castores e andorinhas que os precederam, atendendo as necessidades que a natureza lhes impõe, de forma automática, naturalmente condicionada. Com os seres humanos, é diferente, pois, para atender suas necessidades, criam formas de viver que se diferenciam inscritas na natureza, reformulando constantemente as respostas, inventando novas necessidades. Suas ações são mediadas tanto pela percepção do real como pela capacidade de formular diferentes respostas a um estímulo, uma necessidade.

Nos costumes, manifesta-se um aspecto fundamental da existência humana: a criação de valores. Os diversos grupos e sociedades criam formas peculiares de viver e elaboram princípios e regras que regulam seu comportamento. Esses princípios e regras específicos, em seu conjunto, indicam direitos, obrigações e deveres. Não há valores em soma, mas sim propriedades atribuídas à realidade pelos seres humanos, a partir das relações

que estabelecem entre si e com a natureza, atribuindo-lhe significados que variam de acordo com necessidades, desejos, condições e circunstâncias em que deve ser. O que se deve fazer se traduz numa série de prescrições que as sociedades criam para orientar a conduta dos indivíduos. Este é o campo da moral e da ética.

A MORAL PRESENTE NA CULTURA E A DIMENSÃO PESSOAL DA MORALIDADE...

Definindo-se como o conjunto de crenças, princípios, regras que norteiam o comportamento humano, a moral é o campo em que dominam os valores relacionados ao bem e ou mal, como aquilo que deve ser buscado ou de que se deve afastar. A moralidade é componente de todas as culturas e a dimensão moral está presente no comportamento de cada pessoa em relação com as outras, das culturas e dos povos entre si.

É bem verdade que no decorrer do tempo, as sociedades mudam e também mudam os homens e as mulheres que as compõem. Ao longo da história as sociedades construíram e modificaram seus sistemas morais, focalizando a cada momento diferentes questões e interpretando os princípios de forma às vezes surpreendente para o que se coloca hoje, frequentemente paradoxal, como se pode verificar ainda nos sistemas contemporâneos (JOSEPHSON,1998)

A dimensão moral das ações implica em um posicionamento em relação aos valores, aos deveres. Por se caracterizarem como seres livres, com capacidade de superar, de alguma maneira, o determinismo da natureza, os seres humanos tem possibilidades de escolha (LIPMAN,1994).

Escolher implica comparar e valorar. Assim, torna-se necessária a elaboração de critérios que classifiquem as ações como boas ou más, corretas ou inadequadas, e que orientem e justifiquem a escolha, que se configura com uma resposta diante das prescrições da sociedade. A responsabilidade é, portanto, o núcleo da ação moral, constituído por vários elementos que nele se

cruzam. O primeiro deles é a liberdade, traduzida na possibilidade de fazer escolhas, de tomar partido. Se o indivíduo não pode fazer sua escolha entre a obediência e transgressão, não pode ser responsabilizado por sua ação. À liberdade associam-se consciência e a vontade.

Cada um dos componentes da ação moral ganha sentido na articulação com os demais (não adianta querer realizar um gesto bom, não adianta ter consciência e não empenhar a vontade, etc.) e na afirmação de seu caráter relacional. Em todas as sociedades humanas há razões para a obediência e razões para a rebeldia. A responsabilidade implica o conhecimento dessas razões e a consideração daquelas a quem se dirige ou com quem se partilha a resposta (HABERMAS, 1987).

Dizer que o indivíduo faz escolhas morais não é, entretanto, afirmar que existem morais individuais. Cada ser humano posiciona-se diante de um conjunto de valores que não foram criados por ele isoladamente, mas no contexto das relações com outros seres humanos. É dentro do contexto social, dos grupos de que faz parte, que o indivíduo desenvolve suas potencialidades, inclusive sua moralidade. A relação de responsabilidade envolve poder e interdependência. Ela remete, assim, de certo modo a noção de cuidado.

Ser responsável é ter cuidado com o poder que se exerce, ao realizar escolhas de definir caminhos para a ação. É preciso ter claro, portanto, que o que se verifica é um posicionamento de cada pessoa frente aos valores e princípios que são criados e que tem significação no âmbito mais amplo de uma comunidade humana (HABERMAS, 1987).

À ética é, no fundo, a reflexão crítica sobre a moralidade. Ela não tem um caráter normativo, pois, ao fazer uma reflexão ética sobre a consistência e a coerência dos valores que norteiam as ações, busca-se esclarecer e questionar os princípios que orientam essas ações, para que elas tenham significado autêntico nas relações. Há uma multiplicidade de doutrinas morais que, pelo fato de serem históricas, refletem as circunstâncias em que são criadas ou em que ganham prestígio. Assim são encontradas doutrinas morais cujos princípios procuram fundamentar-se na natureza, na religião, na ciência, na utilidade prática (JOSEPHSON, 1998).

As questões que se colocam a respeito das ações encontram resposta, de imediato, nas diversas doutrinas. Para a pergunta “por que devemos agir de determinada maneira?” encontram-se respostas diversas, como: “porque está escrito nos Mandamentos”, “porque está demonstrado pela teoria x”, “porque traz vantagens”, etc. A pergunta crítica colocada pela ética é de natureza diferente, pois sua intenção é problematizar exatamente os fundamentos. Ela indagará: “que valores sustentam os Mandamentos?”, “qual o suporte da teoria x ?”, “para quem tal ação traz vantagens?”. A ética serve, portanto, para verificar a coerência entre prática e princípios, e questionar, reformular ou fundamentar os valores e as normas componentes de uma moral, sem ser em si mesma normativa. Entre a moral e a ética há um constante movimento, que vai da ação para a reflexão sobre seu sentido seus fundamentos, e da reflexão retorna a ação, revigorada e transformada.

A ética trata de princípios e não de mandamentos. Supõe que os seres humanos devam ser justos. Porém, como ser justo? Ou como agir de forma a garantir o bem de todos? Não há resposta definida. É preciso entender as concepções relacionadas aos princípios que contribuem para a construção da moralidade do cidadão, levando em consideração conhecimentos históricos e sociais que resgatem a gênese desses princípios na prática social (PRADO,1997).

Os valores diferem de sociedade para sociedade. Numa mesma sociedade, valores diferentes fundamentam interesses diversos. No cotidiano estão sempre presentes valores diferenciados, e a diversidade pode levar, sem dúvida, a situações de conflito. Longe de querer dissolver esses conflitos, impondo uma harmonia postiça, é importante que se instale a atitude problematizadora. O que é preciso considerar sempre, é que não existem normas acabadas, regras definitivamente consagradas. A moral sofre transformações, principalmente quando submetida a reflexão realizada pela ética.

A distinção que se faz contemporaneamente entre ética e moral tem intenção de salientar o caráter crítico da reflexão, que permite um distanciamento da ação, para analisa-la constantemente e reformula-la, sempre

que necessário. Por ser reflexiva, a ética tem sem dúvida, um caráter teórico. Isso não significa, entretanto, que seja abstrata, ou metafísica, descolada das ações concretas. Não se realiza gesto da reflexão por mera vontade de fazer um exercício de crítica (LIPMAN,1994). A crítica é provocada, estimulada por problemas, possibilidades de se realizar exatamente porque se encontra estreitamente articulada a essas ações, nos diversos contextos sociais. É nessa medida que se pode afirmar que a prática cotidiana transita continuamente no terreno da moral, tendo seu caminho iluminado pelo recurso da ética.

Nas sociedades de todos os tempos, a educação, mesmo com um caráter informal, tem tido o papel de socialização conservação e transformação da cultura, do conhecimento e dos valores. Tem, portanto, como todas as instâncias da vida social, uma dimensão moral.

A ética é um eterno pensar, refletir, construir. Na escola, no ambiente de trabalho ou nas relações sociais, sua presença deve sempre contribuir para que possamos refletir antes de julgar, para problematizar constantemente o viver pessoal e coletivo, fazendo o exercício da cidadania.

UNIDADE III - PENSANDO A ÉTICA NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR

Na atualidade, os professores do Ensino Superior se deparam com dificuldades que ultrapassam a formulação de objetivos, a seleção de conteúdos, a determinação das estratégias de ensino ou os procedimentos a serem adotados na avaliação do ensino. Para Gil (2009) as principais questões referem-se à maneira com que os professores se relacionam com os estudantes, com os seus colegas, com a instituição e com a própria disciplina que ministram.

Elaborar estratégias para captar alunos ou mantê-los nas instituições de ensino tem sido, mesmo que erroneamente, uma das atribuições do professor. Na maioria das vezes, a manutenção do seu emprego depende das turmas que a instituição oferece. Até que ponto é ético ou moral desviar de suas funções de educador e passar a marqueteiro ou publicitário?

Tentaremos analisar criticamente o papel do professor levando em consideração a dimensão ética, mas de imediato já sabemos que as suas reflexões com certeza serão mais profundas e realistas.

Um das principais razões pelas quais se deve levar em consideração aspectos éticos no ensino é o poder que o professor exerce no desempenho de suas funções.

Embora a maioria dos professores conscientemente não procure, o fato é que eles detêm notável poder sobre a vida dos estudantes. Cabe-lhes, portanto responsabilizar-se por esse considerável poder e assegurar-se de que seja usado com a finalidade de auxiliá-los no alcance dos objetivos educacionais.

As associações que congregam profissionais que por qualquer razão exercem poder sobre seus clientes ou sobre a população com quem trabalham mantêm seus códigos de ética e procuram divulgá-los aos seus associados das mais diversas formas. Assim, podem ser facilmente conhecidos os códigos de ética dos médicos, dos advogados, dos psicólogos, dos engenheiros, dos

assistentes sociais e de tantos outros profissionais que têm atuação regulamentada.

Com relação aos professores universitários, a situação é um pouco diferente. Muitos são professores em tempo apenas parcial, desenvolvendo, portanto, outra atividade, que na maioria das vezes é reconhecida como a principal, pelo menos do ponto de vista de dedicação e dos rendimentos. Quando, pois, pensam num código de ética, a primeira imagem que lhes vem à mente é a de sua outra profissão, o que se justifica, pois existem códigos para professores que atuam em algumas áreas específicas. Mas os professores não universitários no Brasil não dispõem de um código de ética profissional (GIL, 2009).

Ao contrário do que ocorre com outras profissões, os professores universitários, assim como os dos demais níveis, não dispõem de uma ordem ou de um conselho federal, entidades que costumam funcionar como tribunais éticos. Embora os professores mantenham sindicatos, e muitos deles sejam combativos, sua atuação principal tem sido a de buscar melhores condições de trabalho para os seus associados e a de lutar pelos direitos da categoria. Por essa razão, as associações de professores não conseguiram, ainda, elaborar um código de ética nacional (GIL, 2009).

Apesar de no 42º Congresso Mundial Internacional da Educação, realizado em Porto Alegre, em 2004, ter sido debatida a criação de um Código de Ética para servir de orientação a professores de todo o mundo, essa iniciativa pode parecer utópica, mas convém considerar que já existem códigos internacionais para outros assuntos, como a Declaração de Helsinque, da Associação Médica Mundial, que data de 1964, e trata da ética na pesquisa com seres humanos.

Mas seria de toda conveniência que os professores universitários brasileiros elaborassem um código de ética da categoria, tal como fez a *American Association of University Professors* (AAUP), dos EUA, em 1966, e a *Society for Teaching and Learning in Higher Education* (STLHE), do Canadá, em 1996. Um código deste tipo não poderia ter caráter prescritivo, mas estabeleceria princípios éticos referentes ao relacionamento dos professores

com os estudantes, com os outros professores, com a instituição de ensino e com a própria disciplina que ministram (GIL, 2009).

QUESTÕES ÉTICAS COM AS QUAIS OS PROFESSORES SE DEPARAM

O professor precisa assegurar-se de que o conteúdo da disciplina que ministra é atualizado, significativo para os estudantes, compatível com o seu nível e ajustado aos propósitos do curso. Logo, não é eticamente aceitável aceitar o encargo de ministrar uma disciplina para a qual o professor não está preparado, por não dispor dos conhecimentos e das habilidades requeridas.

Também é importante que o professor tenha competência pedagógica. Que saiba formular objetivos apropriados, dominar os métodos e técnicas de ensino com vistas a definir aqueles que são mais adequados para o alcance dos objetivos do curso. E que desenvolva suas atividades levando em consideração a crescente diversidade dos estudantes.

Estas ações podem ser difíceis para muitos professores, pois a maioria não obteve formação pedagógica específica ao longo de seus estudos. Assim, ele precisa suprir estas deficiências mediante a leitura de obras especializadas, participação em palestras e conferências e até mesmo em cursos de curta duração voltados à capacitação pedagógica.

O professor tem muita responsabilidade no desenvolvimento intelectual do estudante, particularmente no domínio das competências essenciais. Ele precisa, portanto, ministrar suas aulas de forma tal que facilite a sua aprendizagem, que também encoraje o desenvolvimento de sua autonomia, a liberdade de pensamento e a expressão das suas ideias.

Os estudantes mantêm crenças, valores, objetivos próprios do estágio atual de suas vidas, que por isso mesmo podem ser muito diferentes dos que são mantidos pelos professores. Durante muito tempo foi possível reprimir a manifestação das ideias e a atuação dos estudantes sob a alegação de que seria importante para manter a ordem e o progresso da escola. Nos dias atuais,

isto se torna difícil, e nada desejável. Mas há professores que não se conformam com esses graus de liberdade conferidos aos estudantes e limitam consideravelmente sua participação no âmbito da sala de aula.

O professor precisa estar aberto às necessidades físicas, psicológicas e culturais dos estudantes, que podem ser muito diferentes das suas. Assim, o professor deve considerar bem-vindas todas as manifestações dos estudantes em sala de aula. E não pode valer-se de sua autoridade funcional para reprimir ou ridicularizá-las, nem para fazer ameaças explícitas ou veladas.

É fácil admitir que os professores falham quando não dominam adequadamente os conteúdos e as técnicas adequadas para o alcance dos objetivos. Mas é preciso reconhecer que falham também quando coagem os estudantes a adotar determinado ponto de vista, não possibilitando a discussão de interpretações alternativas.

Os professores também falham quando adotam atitudes preconceituosas em relação aos estudantes, em decorrência do sexo, idade, cor da pele, etnia, origem nacional, religião, situação conjugal, preferência sexual, condição socioeconômica ou deficiência física. A autoestima dos estudantes e, consequentemente, o seu desenvolvimento intelectual podem ser seriamente afetados por comentários feitos pelos professores ou por posturas que indicam menosprezo ou indiferença.

Também falham - e neste aspecto estão sujeitos a sanções legais - os professores que assumem a autoria plena de trabalhos que foram feitos com a colaboração dos estudantes. Ou que solicitam a elaboração de trabalhos que têm mais a ver com seu interesse pessoal do que com os objetivos do curso.

Os estudantes têm direito à privacidade. Isso não constitui apenas um princípio ético, mas também uma situação prevista em lei. Dessa forma, o registro de notas, o registro da frequência, assim como as comunicações privadas entre professor e os estudantes, devem ser tratados como material confidencial. Logo, só podem ser divulgados com o consentimento do estudante, ou em decorrência de razões pedagógicas legítimas. Da mesma forma, a discussão acerca da situação pessoal dos estudantes com outros professores ou com pessoas alheias ao estabelecimento de ensino deve ser

condenada, a não ser que possam contribuir para o seu aperfeiçoamento, ou que se justifiquem por alguma outra razão (GIL, 2009).

O professor precisa estar consciente de que alguns tópicos apresentados em classe, mediante exposição ou projeção de filmes, podem ser delicados ou mesmo constrangedores. Tópicos que se referem a sexualidade, discriminação por cor de pele, abuso de crianças, questões religiosas e fatos políticos podem provocar nos estudantes certo desconforto.

Nestas oportunidades, o professor precisa deixar claro que a apresentação é necessária ou importante para o desenvolvimento da disciplina. E também dar oportunidade para que os estudantes se manifestem, colocando suas posições, discutindo o tema e eventualmente propondo formas alternativas para abordar o tópico.

Uma ocorrência que pode ocorrer no Ensino Superior é o relacionamento romântico entre professores e estudantes. Embora possa ser considerado como algo muito natural e pertencente ao domínio privado, esses relacionamentos podem conduzir a situações muito constrangedoras para os professores. Por isso, é melhor que o professor evite qualquer interesse pessoal por um estudante que possa ser mal interpretado. E que evite encontrar-se fora da instituição de ensino com um estudante em particular ou em pequenos grupos (GIL, 2009).

Mesmo que um professor ou uma professora acredite que o relacionamento estabelecido com um estudante ou uma estudante possa evoluir para uma situação duradoura, a pior hora para iniciá-lo é aquela em que o estudante ou a estudante está matriculado (a) numa classe em que ministra aulas. Convém, pois, que ambos esperem até o final do período letivo para explorar o relacionamento pessoal. Dessa forma, estarão em condições de evitar interpretações equivocadas de assédio sexual. E também de esperar que o brilho professoral do relacionamento desapareça, contribuindo para um relacionamento mais maduro (LOWMAN, 2004).

Considerando que a avaliação é necessária, é preciso que ela seja honesta e a mais objetiva possível. Também é necessário que o professor

esteja suficiente informado acerca das vantagens e limitações do método utilizado para avaliação.

Antes de qualquer avaliação, convém esclarecer os estudantes, preferencialmente por escrito, que critérios serão utilizados. Torna-se necessário também garantir que as notas não sejam atribuídas em decorrência de competências não adquiridas por não terem sido suficientemente abordados no curso.

As obrigações no meio acadêmico não são apenas com os estudantes, mas também com os colegas, já que estes são membros da mesma comunidade. Cabe aos professores, portanto, tratar seus colegas com respeito e defender os seus direitos, tanto do ponto de vista coletivo quanto individual. Como no meio acadêmico é relativamente fácil presenciar situações em que colegas sofrem algum tipo de julgamento, torna-se necessário, nestes casos, munir-se da justiça, objetividade e confidencialidade necessárias para que estes não sejam prejudicados de alguma forma (GIL, 2009).

Também no meio acadêmico são comuns situações que requerem a cooperação dos colegas. Uma delas refere-se ao auxílio em dias de prova de algumas disciplinas. Em decorrência do número mais elevado de estudantes em sala ou de condições especiais de aplicação, professores que ministram outras disciplinas são solicitados a colaborar. É necessário, portanto, que nestes casos os professores ajam como se as classes fossem as suas.

Cada professor precisa, por fim, estar atento aos débitos profissionais e intelectuais em relação aos colegas. Torna-se necessário reconhecer a participação de cada um dos colegas em sua produção científica. Nenhum trabalho científico pode nos tempos atuais ser reconhecido como produção rigorosamente independente (GIL, 2009).

Assim, não há como deixar de conferir o devido crédito a colegas nas publicações científicas.

É consensual que o professor não pode se envolver em situações de assédio sexual. A conduta de um professor que implícita ou explicitamente exige favores sexuais para atribuir nota é condenada por qualquer código de

ética. Até mesmo porque em nosso país há condenação explícita ao assédio sexual, conforme o estabelece a Lei Federal n. 10.224, de 15 de maio de 2001.

O abuso de poder é outra base de muitos dos problemas éticos com que deparam os professores. A natureza especial do relacionamento que se estabelece entre professores e estudantes contribui para a ocorrência de abusos dessa natureza (GIL, 2009).

Os mais frequentes são aqueles que se referem a várias modalidades de assédio: sexual, de cor de pele, religioso, moral e intelectual. O mais debatido é naturalmente o assédio sexual. Mas há outras formas de abuso que se manifestam nas instituições de Ensino Superior. Por exemplo, exigir que os estudantes se envolvam em atividades pouco ou nada relacionadas com os objetivos do curso constitui abuso de poder. Fazer comentários depreciativos em relação a determinados grupos populacionais constitui também um exemplo de assédio (McKEACHIE, 2002 *apud* GIL, 2009).

Outras questões que envolvem considerações éticas são as relativas ao recebimento de considerações especiais ou benefícios pelo professor em decorrência de sua posição ou autoridade. Por exemplo, constitui uma violação da ética adotar um livro não muito adequado ao conteúdo da disciplina em virtude de um benéfico conferido pelo editor? Por outro lado, constitui um deslize ético o professor aceitar um convite para um evento em homenagem a um estudante (McKEACHIE, 2000)? Convém, portanto, que o professor esteja consciente de que, em decorrência de sua posição, ele tende com frequência a se envolver em situações delicadas.

Em relação aos funcionários, o professor deve tratar a todos da instituição com justiça e respeito. Não deve colocá-los em situações que criem um dilema ético ou legal para eles, como, por exemplo, solicitar reprodução ilegal de material, buscar acesso a material confidencial. Também não pode fazer pedidos que lhes criem problemas pessoais ou administrativos, como, por exemplo, solicitar a execução de uma tarefa que não faz parte de suas atribuições ou pedir que realizem um trabalho particular durante o expediente, mesmo que mediante remuneração (GIL, 2009).

A ÉTICA NO UNIVERSO ACADÊMICO – FOCANDO A PESQUISA

A pesquisa é um dos componentes essenciais de uma instituição de ensino superior. Caracteriza-se pela busca do conhecimento em prol da afirmação dos valores internalizados em cada obra consultada e de resultados que beneficiem a sociedade. Nesse sentido, a pesquisa científica deve ter o compromisso com a verdade (SOUZA; FIALHO; OTANI, 2007).

Um caso extremamente relevante é a pesquisa que envolve seres vivos em geral. Infelizmente, muito pouco se tem feito para preservar a vida ou, pelo menos, a dignidade dos animais que cooperam conosco na compreensão de nossas patologias ou na formação de profissionais das diferentes áreas do saber.

No caso de seres humanos, o atendimento de aspectos éticos específicos está regulamentado através da Resolução 196, do Conselho Nacional de Saúde¹. Ao utilizar seres humanos na pesquisa, o pesquisador deve pautar-se nas diretrizes dessa norma, uma vez que seu projeto deverá ser apreciado por um comitê de ética autônomo.

Em geral, as Instituições de Ensino instalam um comitê de ética que estabelece a forma pela quais os projetos devem ser submetidos para que se verifique a sua eticidade. O estabelecimento dessas diretrizes e a criação dos comitês têm em vista defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento das pesquisas dentro dos padrões éticos definidos na lei.

De acordo com os termos da resolução, a eticidade da pesquisa implica os seguintes parâmetros:

- a) Autonomia: consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo e proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes, de forma

¹Texto baseado em Severino, 2002.

- que sejam tratados com dignidade, respeitados em sua autonomia e defendidos em sua vulnerabilidade;
- b) Beneficência: ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais e coletivos, comprometimento com o máximo de benefícios e o mínimo de danos ou riscos;
 - c) Não-maleficência: garantir que danos previsíveis serão evitados;
 - d) Justiça e Equidade: fundar-se na relevância social da pesquisa.

No aspecto das pesquisas que envolvem pessoas, devem obrigatoriamente ser encaminhadas ao respectivo comitê de ética institucional para apreciação.

Outra situação bastante atual é o de plágio. Casos que envolvem acusações de plágio em pesquisas tornam a discussão de fontes ainda mais relevante. Os alunos sabem da existência de websites nos quais se podem comprar trabalhos prontos. Outra prática comum é a de estudantes que encomendam suas monografias, citando as fontes a serem consultadas e o enfoque a ser dado (DORNELLES, 2006 *apud* SOUZA; FIALHO; OTANI, 2007).

As universidades e os professores têm conhecimento da existência dessas ferramentas de pesquisa. De forma crescente, as bancas de avaliação perguntam sobre as fontes com as quais a pesquisa foi realizada. Consultas a sites de busca para confirmar se a pesquisa é autêntica ou foi copiada, é prática comum.

Apesar do paradoxo, a internet é um aliado na realização de pesquisas científicas. Mesmo a ABNT substituiu a expressão “Referências Bibliográficas” por “Referências” editando novas normas concernentes a pesquisas realizadas na rede.

No entendimento de Robbins (2005), as pessoas que têm altos padrões éticos são menos propensas a se envolver em práticas antiéticas, mesmo em situações nas quais haja pressão para isso.

Souza, Fialho e Otani (2007) consideram que lapidar o conceito de cidadania e reverter o processo da eficácia do “jeito” são fundamentais à justiça e ao desenvolvimento acadêmico.

UNIDADE IV - RESPONSABILIDADE SOCIAL

Responsabilidade Social é uma prática, um conceito apenas ou a soma dos dois? A partir da década de 1990, desenvolver a cultura da Responsabilidade Social tornou-se quase um imperativo de gestão para as empresas que pretendem se manter competitivas em seus respectivos mercados. Muitas, porém, tateiam o terreno, míopes, e não encontram o caminho para o que deve ser um legítimo programa de Responsabilidade Social. Abrem-se assim os flancos para as críticas (MENDONÇA, 2004).

A Revista FAE Business de abril de 2004 promoveu entrevistas muito interessantes com Emerson Kapaz do Instituto Ethos e Miguel Krigsner, presidente do O Boticário, entrevistas estas que representam muito bem o que queremos passar sobre a Responsabilidade Social das Empresas e que todos os estudantes de Pós-graduação deveriam entender, afinal de contas, brevemente se ainda já não o são, serão gestores, educadores, participantes do mundo dos negócios que vive na mais completa e acirrada competição.

Segundo os entrevistados, as grandes empresas chegaram à conhecida “sinuca-de-bico”: ou ajudam de fato a promover o bem estar social, independentemente da participação dos governos locais, regionais e federais, ou emborciam junto com as populações (MENDONÇA, 2004).

E entram aí ações em prol do meio ambiente, da educação, da saúde, enfim, do resgate da qualidade de vida às pessoas, para que elas continuem e, em alguns casos, até voltem a ser cidadãos e consumidores.

De acordo com Kapaz, Responsabilidade Social nas empresas significa uma visão empreendedora mais preocupada com o entorno social em que a empresa está inserida, ou seja, sem deixar de se preocupar com a necessidade de geração de lucro, mas colocando-o não como um fim em si mesmo, mas sim como um meio para se atingir um desenvolvimento sustentável e com mais qualidade de vida.

Para Krigsner é a forma de conduzir os negócios baseada no compromisso contínuo com a qualidade de vida atual e das gerações futuras,

por meio de um comportamento ético, que contribua para o desenvolvimento econômico, social e ambiental. E, se conseguir incorporar os interesses das diversas partes interessadas nas estratégias de negócio e na implementação das atividades, melhor ainda.

Evidentemente existem dificuldades para implantação de um verdadeiro programa de Responsabilidade social, ao que Kapaz credita em primeiro lugar a consciência dos controladores e, depois, a capilarização dessa visão para toda a empresa, sem perder de vista a necessidade de sobrevivência, ou seja, de geração de caixa. Capilarizar a percepção em todos os escalões da empresa passa a ser a meta.

Para Krigsner a dificuldade reside em ser integralmente ético num mundo em que existem tantas forças... Conciliar a ética nos negócios, garantindo que a empresa caminhe com sustentabilidade, que os parceiros de negócio também invistam numa relação ganha-ganha em que o lucro final é das gerações futuras. Isso não é fácil, pois, como empresários, todos são movidos por resultados.

O que chama atenção e serve de estímulo é que as empresas têm muito a ganhar. A confiança do consumidor e a percepção da sociedade de que aquela empresa se preocupa com algo maior do que seu próprio lucro. Bem como maior retenção de talentos, maior envolvimento e comprometimento dos colaboradores, credibilidade de marca, maior chance de fidelizar o consumidor, reconhecimento da comunidade em que está inserida, valorização de capital para as empresas que têm ações em bolsa, etc. E o mais importante de tudo: a satisfação em ajudar a promover o bem comum.

CIDADANIA

O caráter social da vida dos seres humanos é um processo, uma construção, da qual participa cada indivíduo na relação com os outros. As relações entre as pessoas são mediadas pelas instituições em que elas convivem, pelas classes e categorias a que pertencem e pelos interesses e

poderes que nelas circulam. É por essa razão que, mais do que se falar numa natureza humana, como um universal abstrato, vale referir-se a condição humana, forma concreta de existência dos seres humanos na cultura e na história. As vivências particulares cruzam-se na construção coletiva das sociedades e culturas, e uma e outras ganham sua configuração específica em função das condições particulares dos seres humanos e dos ambientes físico - biológicos e histórico – econômico - políticos nos quais estes vivem (THEOBALDO,1997).

Segundo Silva (2005) a cidadania é também uma condição construída historicamente. Compreensões diversas do conceito de cidadania são encontradas em contextos e situações diferentes, sendo que seu sentido mais pleno aponta para a possibilidade de participação efetiva na produção e usufruto de valores e bens de um determinado contexto, na configuração que se dá a esse contexto, e para o reconhecimento do direito de falar e ser ouvido pelos outros.

A vida política é forma da existência humana em comum e diz respeito tanto as vivências de caráter privado, na instância da intimidade dos indivíduos ou dos grupos, quanto ao poder de participação na esfera pública. Ser cidadão é participar de uma sociedade, tendo direito a ter direitos, bem como construir novos direitos e rever os já existentes (SILVA, 2005).

Participar é ser parte e fazer parte com seu fazer, sua interferência criativa na construção da sociedade (PRADO,1997).

Theobaldo (1997) afirma que cidadania é liberdade em companhia. A liberdade que se experimenta socialmente não significa apenas ausência de constrangimentos, mas principalmente possibilidade de empreender uma ação, um gesto que tem, na relação com os outros em sociedade, um caráter político. A experiência da liberdade se dá num contexto social, coletivo e, portanto, ninguém é livre sozinho. Isso significa que, para garantir a existência da liberdade, os indivíduos devem ser capazes de formular opções que levem em consideração sua satisfação, tendo consciência da importância de contemplar simultaneamente necessidades e desejos dos que estão a sua volta este é um diferencial na noção de liberdade. A liberdade é compartilhada e, portanto, o é

também a responsabilidade: Co-responsabilidade, partilha de deveres e poderes, que pressupõe a criação de um espaço de superação do individualismo e de possibilidade de definição de regras e normas de comportamento com a participação de todas e levando-se em conta a felicidade de todos (SILVA, 2005).

Pode-se compreender, assim, a estreita relação entre ética e política. É como cidadãos que as pessoas fazem suas escolhas, tomam partido diante das opções apresentadas socialmente. A reflexão crítica sobre os fundamentos e princípios democráticos de exercício do poder favorece a ampliação da participação política e a afirmação da dignidade humana.

A vida humana ganha sua riqueza se é construída e experimentada tomando como referência o princípio da dignidade. Segundo esse princípio, toda e qualquer pessoa, é digna e merecedora do respeito de seus semelhantes, e tem direito a boas condições de vida e a oportunidades de realizar seus projetos. Características particulares - sexo, idade, etnia, religião, necessidades ou talentos especiais, opção política e ideológica etc. não aumentam nem diminuem a dignidade de uma pessoa.

A sociedade é composta de pessoas diferentes entre si, não somente em função de suas personalidades singulares, como também relativamente a categorias ou grupos. A diversidade tem como implicação uma multiplicidade de comportamentos e relações, o que guarda a possibilidade de enriquecimento das pessoas envolvidas.

É de extrema importância que os princípios gerais que regem o país já estejam formulados atualmente na direção da democracia, mas ao observar as atitudes e relações que se desenvolvem nas diversas instâncias da sociedade, pode-se perceber o fosso que separa a legislação e o comportamento dos indivíduos, qualquer que seja sua classe social, sua categoria profissional ou sua localização geográfica.

Embora nossa lei maior preconize a inclusão e a equalização de direitos, as práticas sociais, políticas e econômicas ainda produzem exclusão de desigualdades, seja por meio da estrutura socioeconômica, seja pelo modelo

de desenvolvimento, seja pelos valores, concepções e preconceitos produzidos e reproduzidos na cultura.

Deve-se enfrentar e procurar responder a todo momento a pergunta: “Como agir na relação com os outros?”. Trata-se de uma pergunta fácil de ser formulada, mas difícil de ser respondida. Ora, já vimos em outros momentos que esta é a questão central da Moral e da Ética.

Embora saibamos que nos costumes, manifesta-se um aspecto fundamental da existência humana: a criação de valores e que os diversos grupos e sociedades criam formas peculiares de viver e elaborar princípios e regras que regulam seu comportamento, é importante ressaltar que o respeito pelo outro é fundamental em toda e qualquer relação entre os seres vivos.

A CONSTRUÇÃO DE VALORES

Não há como negar que os valores influenciam o modo como as pessoas se comunicam, se portam, trabalham em conjunto ou não, sendo fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa.

Como diz Alvarenga (2005, p. 90) “os valores dão caráter ao cidadão, eles marcam quem a pessoa é”.

Os valores humanos, ajudam, principalmente, na promoção da equidade, da excelência e de uma sociedade cívica e justa.

Princípios são aqueles valores que foram selecionados para fazer parte da vida do indivíduo, com base no que aprendeu a respeitar e valorizar. Já o conceito de valor pode ser simplificado como uma preferência ou uma escolha, ou seja, valor é uma possibilidade de escolha. Tudo o que as pessoas fazem demonstram seus valores. O que é felicidade? O que é sucesso? Do que tem medo? Do que gosta? O que é bom? O que é errado? Todas essas são questões de valor e a forma como são respondidas, individualmente ou pela comunidade, é que decidirá a sobrevivência ou não de um ecossistema (ALVARENGA, 2005).

Menin (2002) citando um grupo de pesquisadores espanhóis como Cabanas (1996), Puig (1998), Buxarrais (1990, 1997), Martinez (1994) e Martinez e Puig (1994), infere que eles forneceram modelos atuais de educação moral, colocando a ética como tema transversal nas escolas e que a partir de 1998, aparece nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Brasil.

Essa autora acredita que todos os valores podem ser resumidos na “ética”, muito porque ela permite buscar critérios para definir o que é ser bom, correto, ou moralmente certo e que nos fornece explicações para nosso senso de dever moral.

Para Menezes; Schwartz (1998 *apud* Figueiredo e Silva, 1999), os valores podem ser definidos como princípios orientadores da vida que têm uma relativa centralidade na estrutura da personalidade e que, de certa forma, atuam como mediadores da ação. Figueiredo e Silva (1999) não considera muito importante a definição do termo “valor”, preferindo realçar o processo de construção dos valores: estes, em vez de definirem a personalidade, são uma escolha e construção constantes e acompanham toda a vida dos indivíduos.

Tendo em vista os vários fatores que compõem a personalidade do ser humano, torna-se importante o exercício de compreender que formas de valor podem estar presentes nas pessoas. Dependendo das características existentes desde o nascimento, somadas as aprendizagens e experiências vividas, resultará em diferentes valores encontrados em cada um (SIQUEIRA NETO, 2010).

Cabanas (1996 *apud* Menin, 2002, p. 93), acredita que para algumas posições filosóficas, valores são os critérios últimos de definição de metas ou fins para as ações humanas e não necessitam de explicações maiores além deles mesmos para assim existirem, ou seja, devemos ser bons porque a bondade é um valor, honestos porque a honestidade é um valor, e assim por diante com outros valores como a solidariedade, a tolerância, a piedade, que têm um caráter natural, universal e obrigatório em nossa existência.

Na mesma linha de análise, Menin (2002) ressalta que os valores podem ser determinados por culturas particulares e em função de certos momentos históricos, variando de acordo com cada sociedade e período de sua

existência. Por exemplo, o que os militares achavam certo nos idos de 1964, hoje não é mais. Foram épocas de “Educação Moral e Cívica” e “Educação dos Problemas Brasileiro” conhecida como EPB, quando os professores repassavam os conceitos e valores que o governo julgava correto, ou seja, naquele momento, existia uma finalidade clara, controlar a desordem social que o governo considerava causadora dos malefícios da sociedade brasileira. Os valores eram o nacionalismo, o amor a pátria e aos governantes para o alcance do progresso geral da nação. Esses eram os valores fins que a educação deveria perseguir e atingir.

Discutir essa imposição de valores, embora seja um assunto delicado, não é menos importante, ficando como questões a serem refletidas sobre os valores que devem ser vividos nesse início de século XXI.

Acreditamos que ficou claro que o campo ético é um campo polêmico, pois, ainda que todos concordem com os princípios que orientam a democracia e os direitos dos cidadãos, na prática estamos longe deles e há situações em que é difícil saber como efetivá-los.

Por esse motivo, a preocupação com a ética, somando-se a importância da cidadania e da responsabilidade social deve ter um lugar muito importante a qualquer tempo, em todas as propostas educativas e para todos os segmentos da sociedade.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS E UTILIZADAS

ALVARENGA, Lia da Costa Alvim. **Mudando valores na escola; praticando educação ambiental.** Candombá – Revista Virtual, v . 1 , n . 2, p. 8 5 –9 5, jul – dez 2005.

BENETT, William J. **O livro das virtudes.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

BENTO, J. O. **A criança no despertar da sua sexualidade. Kinesis.** 5.(I): 35, 1998.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Viver em sociedade.** São Paulo: Moderna, 1985.

ESTRELA, Maria Teresa *et al.* Formação ético-dentológica de professores do ensino superior. **Revista de Ciência da Educação.** N. 7 Set/dez. 2008. p.89-100. Disponível em: <<http://sisifo.fpce.ul.pt/?r=19&p=90>> Acesso em: 25 mar. 2010.

FIGUEIREDO, C. C. **Dos valores dos jovens à educação para os valores - alguns traços para um retrato.** Disponível em: <<http://www.oei.es>> Acesso em: 23 mar. 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Didática do Ensino Superior.** 1 ed. 4 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. 272 p.

HABERMAS, J. **Teoria de la Accion Comunicativa: Racionalidad de la Acción y Racionalización Social**, V. I. Madrid: Ed. Taurus, 1987.

JOSEPHSON. Institute of Ethics e Companheiros das Américas. Ética na Educação. **Fascículo Tomada de decisões** - 6 a 9 anos – p.1 – conceituação. 07-12-1998.

LA MORA, Luis de la et al. Parcerias interinstitucionais e eficácia da extensão. O caso da parceria UFPE-Fundação Kellogg na implementação de um programa de formação de liderança juvenil para o desenvolvimento. Congresso Ibero-Americanano de Extensão Universitária (8. : 2005 : Rio de Janeiro, RJ) Navegar é preciso— transformar é possível / **VIII Congresso Ibero-Americanano de Extensão Universitária**, Rio de Janeiro, Brasil, novembro de 2005; [organização:Ana Inês Sousa]. -- Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pró-Reitoria de Extensão, 2005.

LIPMAN, M. **A Filosofia Vai à Escola**. São Paulo: Summus, 1994.

LIPMAN. **O Pensar na Educação**. Petrópolis: Vozes. 1995.

LOWMAN, Joseph. **Dominando as técnicas de ensino**. São Paulo: Atlas, 2004.

MENDONÇA, Fernando. O que responsabilidade social. **Revista FAE Business**, n.9. set.2004. Disponível em:
<http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_fae_business/n9/01_rs.pdf>
Acesso em 02 abr. 2010.

MENIN, Maria Suzana De Stefano. **Valores na escola.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p. 91-100, jan./jun. 2002.

PALAU, J. Xirau. **O sentido da verdade.** Coimbra: Atlantida, 1973.

PEREIRA, Eliana Alves; SILVA, Elói Lopes da. Educação, ética e cidadania: a contribuição da atual instituição escolar. **Revista eletrônica de educação.** São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós Graduação em Educação, 2007. Semestral. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br>> Acesso em: 30 mar. 2010.

PRADO, L. M. Ética na Educação. **Correio Braziliense.** 28.11.1997 p.12 .

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional.** 11 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Maria do Carmo Alves da. **A ética e o uso da internet em educação.** Belo Horizonte: CEFET-MG, 2005. 109 p. Dissertação (Mestrado).

SIQUEIRA NETO, Armando Correa de. **A importância dos valores internos** Disponível em: <<http://www.centrorefeducacional.pro.br>> Acesso em: 20 mar. 2010.

SOUZA, Antonio Carlos de; FIALHO, Francisco Antonio Pereira; OTANI, Nilo.

TCC: métodos e técnicas. Florianópolis: Visual Books, 2007. 160 p.

THEOBALDO, Maria Cristina. **Filosofia e ética na Educação.** Cuiabá: UFMT.

(mimeo)1997.

ZUBIOLI, Arnaldo. **Ética Farmacêutica.** São Paulo: Sobravime, 2004.